

Gustavo Nicolau

# União Estável e Casamento

Diferenças Práticas

2ª Edição

SÃO PAULO  
EDITORIA ATLAS S.A. – 2015

© 2011 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 2011; 2. ed 2015

Capa: Marcio Henrique Medina  
Projeto gráfico e composição: CriFer – Serviços em Textos



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Nicolau, Gustavo  
União estável e casamento : diferenças práticas / Gustavo  
Rene Nicolau. – 2. ed. – São Paulo : Atlas, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-9172-8  
ISBN 978-85-224-9173-5 (PDF)

1. Casamento – Leis e legislação – Brasil 2. União estável  
(Direito de família) – Leis e legislação – Brasil I. Título.

11-00419

CDU-347.628(81)(094)

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Leis : Casamento : Direito de família :  
Direito Civil 347.628(81)(094)

2. Brasil : Leis : União estável : Direito de família :  
Direito Civil 347.628(81)(094)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução  
total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,  
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.  
Rua Conselheiro Nébias, 1384  
Campos Elísios  
01203 904 São Paulo SP  
011 3357 9144  
atlas.com.br

# Sumário

*Prefácio*, xiii

*Introdução*, 1

## **1 Evolução da União Estável no Direito Brasileiro, 5**

### **1.1 Fase da rejeição e repressão, 9**

1.1.1 Projetos de Código Civil e a legislação anterior ao Código Civil de 1916, 10

1.1.2 Código Civil de 1916, 13

1.1.2.1 Disposições hostis ao concubinato no Código de 1916, 15

1.1.2.2 O art. 363 do Código de 1916 e a Súmula 382 do STF, 15

1.1.3 As constituições brasileiras até 1988, 20

1.1.3.1 Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977, 22

### **1.2 Fase do reconhecimento para fins meramente obrigacionais, 23**

1.2.1 Súmula 380 do Supremo Tribunal Federal, 27

1.2.2 Leis específicas, 33

### **1.3 Fase do reconhecimento constitucional da união estável como entidade familiar, 36**

1.3.1 A passagem do Estado Liberal para o Estado Social e sua influência no Direito de Família, 36

1.3.2 Lei nº 8.971/94, 43

- 1.3.3 Lei nº 9.278/96, 48
  - 1.3.3.1 Os vetos equivocados ao Projeto nº 1.888/91, 52
  - 1.3.4 A difusão de leis e a intemporalidade, 54
- 1.4 Próxima fase: efetivação da proteção constitucional aos conviventes da união estável, 56
- 2 Direito Comparado, 60**
  - 2.1 Estados Unidos e Europa, 61
  - 2.2 América Latina, 64
  - 2.3 União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, 72
- 3 Casamento e União Estável. Diferenças Normativas e seus Reflexos Práticos, 75**
  - 3.1 Direitos sucessórios, 77
    - 3.1.1 Breve análise dos direitos sucessórios dos cônjuges, 78
    - 3.1.2 Cônjuge herdeiro necessário; convivente herdeiro legítimo, 85
    - 3.1.3 Direito real de habitação viúval, 87
    - 3.1.4 Errônea localização, 89
    - 3.1.5 Possibilidade de cônjuge herdar juntamente com convivente, 90
    - 3.1.6 Base de cálculo da herança da convivente, 92
    - 3.1.7 Quotas atribuídas à convivente supérstite, 94
    - 3.1.8 Sucinta comparação entre união estável e casamento no regime de comunhão universal de bens, 100
  - 3.2 Pacto antenupcial e contrato de convivência, 102
    - 3.2.1 O contrato de namoro, 105
  - 3.3 Regime de separação obrigatória incidente sobre a união estável, 107
  - 3.4 Possibilidade de alteração de regime de bens durante a união estável, 109
  - 3.5 Fluência de prazo prescricional entre conviventes durante a união estável, 112
  - 3.6 Legitimidade para pleitear danos morais de parentes falecidos, 113
  - 3.7 Estado civil do convivente da união estável, 117
    - 3.7.1 Projeto de lei cria estado civil de convivente, 118
  - 3.8 Ausência de vênio da convivente na alienação de bens. Consequência perante terceiros, 120
  - 3.9 Bem de família convencional no caso de união estável, 124
  - 3.10 Presunção *pater is*, 126

- 3.11 Concepções artificiais na união estável, 127
- 3.12 Sobrenome no caso de união estável, 129
- 3.13 A Emenda Constitucional nº 66, de 13 de julho de 2010 e a não recepção da separação em nosso ordenamento, 132
- 3.14 Possibilidade de a convivente se utilizar da Lei nº 11.441/07, 136
- 3.15 Termo inicial da união estável, 138
- 3.16 Ausência do convivente, 140
- 4 Fundamentos Justificadores para a Sistematização do Ordenamento Jurídico, 142**
  - 4.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos, 143
  - 4.2 Princípio constitucional da igualdade e sua efetividade, 146
  - 4.3 O Código Civil como instrumento de estímulo às relações sociais, 148
  - 4.4 Segurança jurídica, 150
  - 4.5 Os princípios gerais de Direito, 152
  - 4.6 Teoria da finalidade social de Edgard de Moura Bittencourt, 154
  - 4.7 Operabilidade. Princípio basilar do Código Civil, 155
  - 4.8 De *lege lata*, união estável pode ser mais vantajosa do que o casamento, 158
  - 4.9 Afastando o argumento do “casamento de segunda classe”, 159
- 5 Proposta de Alteração Legislativa. Soluções para as Divergências Normativas e o Resguardo do Direito de Terceiros, 163**
  - 5.1 Proposta de lei sugerida pelo autor, 165
  - 5.2 Exposição de motivos, 170

*Conclusões*, 203

*Apêndice*, 211

*Anexos*, 215

*Referências Bibliográficas*, 223